

PORTARIA nº 293 de 05 de abril de 2023

Altera a outorga de direito de uso de Água Subterrânea a INPASA AGROINDUSTRIAL S.A

A Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos, LILIAN FERREIRA DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 34 de 23 de janeiro de 2018, e

Considerando os Termos da Lei nº 11.088, de 09 de março de 2020, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto nº 784, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre as infrações das normas de utilização dos recursos hídricos e suas sanções administrativas

Considerando o Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando os Termos da Lei Estadual nº 9.612 de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a administração e a conservação das águas subterrâneas de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO nº 44, de 11 de outubro de 2011 alterada pela Resolução nº 57 de 11 de Julho de 2013, que estabelece critérios técnicos a serem aplicados nas análises dos pedidos de outorga de águas subterrâneas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO nº 62, de 05 de dezembro de 2013;

Considerando a Instrução Normativa nº 09, de 14 de dezembro de 2021, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de água de domínio do Estado de Mato grosso;

Considerando o Parecer Técnico nº 166959/CCRH/SURH/2023 de 04 de abril de 2023, acostado nas folhas nº 1.410 a 1.413 (f/v) do protocolo nº 72610/2018;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a outorga a INPASA AGROINDUSTRIAL S.A, inscrito no CNPJ sob nº 29.316.596/0001-15, referente ao Processo nº 72610/2018, concedida pela Portaria nº 490 de 12/06/2019, publicada no D.O.E do dia 13/06/2019, doravante denominado Outorgado, o direito de uso da água subterrânea para finalidade industrial. O empreendimento está localizado na Rodovia BR 163, Km 817, zona rural do município de Sinop/MT, inserido na Província Hidrogeológica Parecis, sob a UPG A-11, com as seguintes características:

I – Coordenadas Geográficas do ponto de captação são, PT 01 – 12°01'18,77" de Latitude Sul e 55°30'51,00" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000; e respectivo poço de observação nas coordenadas geográficas PT OBS 01 – 12°01'19,42" de Latitude Sul e 55°30'50,83" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000. A vazão máxima de captação é de 65 m³/h por um período de 6 h/dia, durante 7 dias/semana, perfazendo uma vazão máxima de 390 m³/dia.

II – Coordenadas Geográficas do ponto de captação são, PT 02 – 12°01'11,77" de Latitude Sul e 55°30'44,59" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000; e respectivo poço de observação nas coordenadas geográficas PT OBS 02 – 12°01'11,04" de Latitude Sul e 55°30'44,59" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000. A vazão máxima de captação é de 110 m³/h por um período de 18 h/dia, durante 7 dias/semana, perfazendo uma vazão máxima de 1.980 m³/dia.

III – Coordenadas Geográficas do ponto de captação são, PT 03 – 12°00'59,04" de Latitude Sul e 55°30'44,13" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000; e respectivo poço de observação nas coordenadas geográficas PT OBS 03 – 12°00'59,04" de Latitude Sul e 55°30'43,41" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000. A vazão máxima de captação é de 112 m³/h por um período de 18 h/dia, durante 7 dias/semana, perfazendo uma vazão máxima de 2.016 m³/dia.

IV – Coordenadas Geográficas do ponto de captação são, PT 04 – 12°00'59,32" de Latitude Sul e 55°30'53,99" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000; e respectivo poço de observação nas coordenadas geográficas PT OBS 04 – 12°00'58,47" de Latitude Sul e 55°30'53,53" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000. A vazão máxima de captação é de 120 m³/h por um período de 18 h/dia, durante 7 dias/semana, perfazendo uma vazão máxima de 2.160 m³/dia.

V – Coordenadas Geográficas do ponto de captação são, PT 05 – 12°01'10,55" de Latitude Sul e 55°30'54,32" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000; e respectivo poço de observação nas coordenadas geográficas PT OBS 05 – 12°00'59,32" de Latitude Sul e 55°30'54,02" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000. A vazão máxima de captação é de 70 m³/h por um período de 18 h/dia, durante 7 dias/semana, perfazendo uma vazão máxima de 1.260 m³/dia.

VI – Coordenadas Geográficas do ponto de captação são, PT 06 – 12°01'14,00" de Latitude Sul e 55°30'29,00"W de Longitude Oeste, SIRGAS 2000; e respectivo poço de observação nas coordenadas geográficas PT OBS 06 – 12°01'13,02" de Latitude Sul e 55°30'29,08" de Longitude Oeste, SIRGAS 2000. A vazão máxima de captação é de 330 m³/h por um período de 7 h/dia, durante 7 dias/semana, perfazendo uma vazão máxima de 2.310 m³/dia.

VII – O Outorgado deverá realizar anualmente a análise físico-química e bacteriológica da água dos poços, contendo obrigatoriamente os seguintes parâmetros: temperatura da água, pH, Condutividade, Turbidez, Cor, Cloreto, Sulfato, Fluoreto, Ortofosfato, Nitrito, Nitrato, Nitrogênio Amoniacal, Sólidos Totais, Sólidos Suspensos, Sólidos totais Dissolvidos, Alcalinidade Total, Alcalinidade de Carbonato, Alcalinidade de Bicarbonato, Dureza, Cálcio, Magnésio, Sódio, Potássio, Ferro Total, Manganês, Silica Solúvel, Coliformes Totais, *E. Coli*.

VIII – O outorgado deverá instalar medidor automático de leitura de nível da água (dataloger) nos poços de observação;

IX – O Outorgado deverá implantar e manter em funcionamento equipamentos de medição para monitoramento contínuo da vazão captada;

X – O outorgado deverá encaminhar anualmente a Coordenadoria de Controle de Recursos Hídricos da SEMA/MT o Relatório das Medições captadas mensalmente, em formulário específico;

XI – O outorgado deverá encaminhar anualmente o monitoramento mensal dos poços de observação com análise e interpretação dos dados;

XII – Construir e manter, quando e onde determinado pela autoridade outorgante, as instalações necessárias às observações hidrométricas das águas extraídas e lançadas;

XIII – Na renovação da outorga, o outorgado deverá encaminhar a Coordenadoria de Controle de Recursos Hídricos da SEMA/MT a análise dos parâmetros com a maior probabilidade de ocorrência em água subterrânea conforme legislação pertinente em vigor ao Ministério da Saúde;

Art. 2º Quando em zona urbana, fica o outorgado responsável pelo atendimento ao disposto no art. 45, §11 do Marco Legal do Saneamento Básico – Lei nº 14.026/2020 regulamentada pelo Decreto nº 10.588, de 24 de dezembro de 2020.

Art. 3º A outorga objeto desta Portaria, vigorará até **30 de novembro de 2023**, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

- I – descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º desta Portaria;
- II – conflito com normas posteriores sobre prioridade de uso de recursos hídricos;
- III – incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 6/6/2007;
- IV – indeferimento ou cassação de licença ambiental.

Parágrafo único. Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 4º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

- I – quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; e
- II – quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.

Art. 5º O Outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga.

Art. 6º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo Outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 7º Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação de requerimento à SEMA/MT, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término de sua validade.



Art. 8º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos dos art. 13 e 14 da Lei Estadual nº 6.945, de 05 de novembro de 1997.

Art. 9º O Outorgado se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 10. Esta outorga não autoriza a instalação do empreendimento ou mesmo as obras necessárias para realizar as captações, sendo estes passíveis de licenciamento ambiental.

Art. 11. Fica revogada a Portaria nº 490 de 12/06/2019, publicada no D.O.E do dia 13/06/2019.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá/MT, 05 de abril de 2023.

REGISTRADA,
PUBLICADA,
CUMpra-SE.



LILIAN FERREIRA DOS SANTOS

Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos
GSALARH/SEMA-MT